



Radiografia do Crédito e do Endividamento das Famílias nas Capitais Brasileiras

Comparações 2013-2016

EMENTA

Com sua sexta edição anual, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) apresenta o estudo cujo objetivo é realizar uma avaliação detalhada dos efeitos da política de crédito adotada nos últimos anos sobre as condições financeiras das famílias das capitais brasileiras.

Nesta edição, o estudo abrange os anos de 2013 até 2015 e o primeiro semestre de 2016. Para melhor compreensão, o documento faz avaliações do comportamento do crédito em duas esferas: uma mais breve, baseada em dados agregados de todo Brasil, tomando por base as informações oficiais de crédito mensalmente divulgadas pelo Banco Central, e em outra parte, é feita uma avaliação detalhada baseada nos dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência (PEIC), produzidos pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) nas 27 capitais brasileiras e que sedimentam os diagnósticos sobre as diferenças dos comportamentos regionais sobre o uso do crédito.

Assim, o trabalho é dividido em cinco capítulos:

1. Uma introdução contendo os esclarecimentos sobre os objetivos, a metodologia, fontes primárias, critérios e premissas adotadas para o estudo.
2. Uma síntese sobre a evolução da população e da renda média mensal familiar entre 2013 e 2016.
3. O comportamento agregado do crédito sob uma breve visão macroeconômica em 2014 no Brasil, tendo como objetivo analisar sua administração como instrumento de política econômica, sua dimensão, e dados inéditos sobre o total de juros pagos pelas famílias e os valores das dívidas atrasadas (inadimplência total), tomando como base as séries de dados compilados e consolidados pelo Banco Central no Brasil, sem recortes regionais.
4. Análise dos resultados obtidos pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência (PEIC) em todas as 27 capitais brasileiras, bem como seus resultados totais. São demonstradas nesse capítulo todas as principais variáveis que mostram a dinâmica do comportamento das famílias na administração do crédito, como comprometimento da renda, nível de endividamento, média mensal de dívidas e capacidade de quitação das mesmas em todas as capitais.
5. Conclusão sobre os principais resultados obtidos nesses três últimos anos sobre a realidade do endividamento das famílias nas capitais, bem como sobre o papel que o crédito vem representando no nível de consumo doméstico.

A análise desses três anos é particularmente importante para se compreender o exato papel do crédito no processo de desaceleração nítida do consumo que foi iniciado no final de 2013, como parte importante do fraco desempenho do nível geral das atividades verificado nesses últimos anos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO - OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	3
2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DA RENDA NO BRASIL ENTRE 2013 E O 1º SEMESTRE DE 2016.....	5
3. OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO BRASIL (MACRODADOS DO BANCO CENTRAL).....	7
4. RADIOGRAFIA DO USO DO CRÉDITO PELAS FAMÍLIAS NAS CAPITALS BRASILEIRAS ENTRE 2013 E 2016	11
5. CONCLUSÃO – O IMPACTO DA POLÍTICA DE CRÉDITO ENTRE 2013 E 2016 NO ENDIVIDAMENTO E NO NÍVEL DE INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	18
ANEXOS	20

1. INTRODUÇÃO - OBJETIVOS E METODOLOGIA

Este estudo avalia os principais aspectos, dimensões e efeitos da política de crédito no Brasil no período entre 2013, onde a persistência inflacionária passou a mostrar a

necessidade de se retomar uma política de juros mais agressiva e de contenção do ritmo da atividade interna, em 2014, ano em que se consolidou uma política de elevação sistemática de juros e de seletividade no crédito, fato que persistiu ao longo de 2015 e se prolongou até o 1º semestre de 2016.

Foram usadas as seguintes bases de dados primários:

Para os macrodados relativos às operações de crédito e de inadimplência em nível agregado nacional, utilizou-se a base de dados do Banco Central do Brasil incluindo a segmentação regional da oferta de crédito.

Para as análises relativas às capitais brasileiras, foram utilizados:

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); Contagem Populacional, Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), todas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as taxas de mensais de endividamento, comprometimento da renda e taxa de famílias com contas em atraso constantes da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência dos Consumidores (PEIC), da CNC.

A PEIC, realizada em todas as capitais brasileiras, entrevista mensalmente 17,8 mil pessoas nessas cidades, produzindo, de forma direta, mais de 213 mil questionários por ano com dados informados de maneira direta pelos consumidores sobre a sua realidade de endividamento, capacidade de pagamento e perfil e situação de suas dívidas. Trata-se, portanto, de um acervo de informações sem paralelo e com grande qualidade e precisão, pois para os valores totais das 12 capitais têm-se uma margem de erro de apenas 0,73 ponto percentual. Todos os valores foram atualizados para junho de 2016, para viabilizar a comparação entre os mesmos.

A metodologia empregada neste estudo passou por alguns importantes aperfeiçoamentos, que podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

- O estudo, no capítulo segmentado pelas capitais e baseadas na PEIC, foram mudados os períodos de comparações para pontos específicos, os meses de dezembro de cada ano, a partir de 2013 até 2015 e para junho de 2016. As edições anteriores contemplavam as médias anuais.
- As metodologias de estimativas de renda real e nº de famílias foram revistas e aperfeiçoadas, adotando-se os seguintes procedimentos:
 - Para cada capital, o número de famílias foi obtido através do quociente da projeção de sua população, calculada pela FecomercioSP, pelo respectivo tamanho médio das famílias, originado de informações do Censo do IBGE de 2010.
 - Utilizando-se das taxas de ocupação de cada Estado, divulgadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), aplicadas a um fator de correção, obteve-se as taxas de ocupação individuais das capitais e, conseqüentemente, através dos produtos entre populações e taxas de ocupação, determinaram-se o número de pessoas ocupadas de cada metrópole.

- Da PNAD Contínua também foram retirados os rendimentos médios da população ocupada em cada região, tornando possível, então, o cálculo das Massas de Rendimentos, resultantes dos produtos entre número de população ocupada e rendimento médio. Por fim, o cálculo da renda média das famílias foi dado pela divisão entre Massa de Rendimentos e número de famílias.
- Com isso, além de apresentar a massa de rendimentos real e a renda média em cada capital, também foi possível se obter novas estimativas dessas variáveis no Brasil, nos últimos quatro anos.
- Com esses indicadores mais precisos, os dados ligados à situação creditícia das famílias, como parcela comprometida com dívida, valor das dívidas em atraso e total da dívida nas capitais em valores ao longo dos últimos quatro anos foram totalmente revistos, dando melhor visualização da situação da evolução ocorrida nesse período e sua magnitude.
- Serão apresentados também, agora no âmbito consolidado do Brasil e não apenas nas capitais, a evolução, em valores reais, do total dos **juros pagos** pelas famílias nos primeiros semestres de 2013 até 2016, bem como os valores da **inadimplência** dos brasileiros, contemplando os volumes de atrasos entre 15 dias e 90 dias, acima de 90 dias e **o valor total das dívidas atrasadas**. Todos esses valores são também apresentados como **percentagem do PIB** ao longo do período do estudo, para se ter uma melhor dimensão dessas grandezas.

2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DA RENDA NO BRASIL ENTRE 2013 E O 1º SEMESTRE DE 2016

Para se ter uma visão clara do comportamento de todas as variáveis de crédito e endividamento que serão tratadas a seguir no presente estudo, é fundamental se expor a trajetória pelo qual a renda passou no período de referência utilizado, pois esse processo está na raiz das mudanças de comportamento do consumidor que foi e está sendo observado em termos de suas opções de consumo e uso do crédito.

Em função das grandes turbulências nos quadros político e econômico vividos pelo país a partir de 2014, os reflexos sobre a renda e do emprego sobre o conjunto das famílias

brasileiras foram expressivos. A tabela abaixo resume esses impactos de forma bastante clara, comparando as situações do número de famílias, massa real de rendimento mensal e da renda média mensal familiar nesse intervalo de tempo, ou seja, entre a média mensal do último trimestre¹ de 2013 até junho de 2016, já a preços atualizados para julho de 2016:

Evolução do Número de Famílias, Renda Mensal Total e Renda Média Mensal Familiar , Nas Capitais e Total Brasil - 2013 - 2016 - RESUMO

UF	CAPITAIS	2013				2016			
		Nº DE FAMÍLIAS	RENDA MÉDIA (R\$)*	MASSA DE RENDIMENTOS (R\$ mil)*	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL BRASIL (%)	Nº DE FAMÍLIAS	RENDA MÉDIA (R\$)*	MASSA DE RENDIMENTOS (R\$ mil)*	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL BRASIL (%)
TOTAL DAS CAPITAIS		15.114.978	5.325,09	80.488.615	44,7	15.436.066	5.211,84	80.450.294	45,8
TOTAL BRASIL		58.662.368	3.067,42	179.942.053	100,0	59.894.023	2.931,10	175.555.303	100,0
Variações (%) 2016/2013 - Total das Capitais						2,12%	-2,13%	-0,05%	2,45%
Variações (%) 2016/2013 - Total Brasil						2,10%	-4,44%	-2,44%	0%

*R\$ a preços de Jul/2016

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD Contínua)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

Fica evidenciado que, enquanto o número de famílias cresceu 2,1% no Brasil nesse período, a renda média mensal familiar passou de R\$ 3.067,42 em 2013 para R\$ 2.931,10 em junho passado, uma queda em termos reais de 4,44%. Com isso, a massa total de rendimentos mensal dessas famílias, que no final de 2013 atingiu R\$ 179,9 bilhões, foi reduzida para R\$ 175,6 bilhões em junho de 2016, uma queda de R\$ 4,4 bilhões mensais, ou R\$ 52,6 bilhões em termos anuais.

No recorte pelo conjunto das capitais os números, embora menos negativamente contundentes, também mostram um retrocesso nessas variáveis, com uma redução na renda média mensal familiar de 2,13%.

A esses índices negativos devem ser adicionados os percentuais que poderiam ser chamados de “custo de oportunidade”, ou seja, as taxas de crescimento que foram desperdiçadas por conta da forte recessão ainda vivida pelo país. Esses números também expressam a redução, em parte, dos ganhos obtidos na década passada com o grande processo de mobilidade social havido no período, baseado no excelente desempenho da economia brasileira em meio ao cenário externo mundial favorável ocorrido naquele período.

Esses dados **explicam nitidamente o ciclo recessivo do consumo iniciado em 2014, que ainda prevalece corroendo as vendas do comércio em todo país. Além disso, a redução da renda, ao deteriorar o grau de confiança das famílias, foi decisiva para a retração que se observou nas operações de crédito no país.**

¹ A média mensal do trimestre informada pela PNAD Contínua foi utilizada por permitir se obter os valores mensais suavizados das oscilações sazonais.

Rendimento Médio Mensal, Habitualmente Recebido pelas Famílias

UF	CAPITAIS	RENDA MÉDIA (R\$)*				Variações t/t-1 (%)			2016/ 2013 (%)
		2013	2014	2015	2016	2014	2015	2016	
TO	Palmas	5.870	5.592	5.047	5.060	-4,7%	-9,7%	0,2%	-13,8%
MT	Cuiabá	5.590	5.419	5.083	4.879	-3,1%	-6,2%	-4,0%	-12,7%
MG	Belo Horizonte	7.654	7.191	7.109	6.713	-6,0%	-1,1%	-5,6%	-12,3%
SC	Florianópolis	7.515	8.102	7.040	6.606	7,8%	-13,1%	-6,2%	-12,1%
PE	Recife	6.550	6.304	5.615	5.785	-3,8%	-10,9%	3,0%	-11,7%
AM	Manaus	4.590	4.374	4.208	4.056	-4,7%	-3,8%	-3,6%	-11,6%
BA	Salvador	3.828	3.987	3.633	3.403	4,2%	-8,9%	-6,3%	-11,1%
RS	Porto Alegre	7.998	7.366	6.565	7.135	-7,9%	-10,9%	8,7%	-10,8%
DF	Distrito Federal	4.514	4.356	3.829	4.038	-3,5%	-12,1%	5,5%	-10,6%
GO	Goiânia	5.950	5.982	5.146	5.430	0,5%	-14,0%	5,5%	-8,7%
RO	Porto Velho	4.353	4.720	4.034	4.058	8,4%	-14,5%	0,6%	-6,8%
PI	Teresina	4.561	4.358	4.311	4.284	-4,4%	-1,1%	-0,6%	-6,1%
MS	Campo Grande	3.925	4.292	3.677	3.709	9,4%	-14,3%	0,9%	-5,5%
AC	Rio Branco	3.594	3.364	3.374	3.406	-6,4%	0,3%	1,0%	-5,2%
RR	Boa Vista	4.184	4.561	3.738	3.985	9,0%	-18,1%	6,6%	-4,8%
CE	Fortaleza	3.698	3.520	3.456	3.528	-4,8%	-1,8%	2,1%	-4,6%
ES	Vitória	11.333	10.814	11.001	10.901	-4,6%	1,7%	-0,9%	-3,8%
RN	Natal	4.276	3.917	4.501	4.115	-8,4%	14,9%	-8,6%	-3,8%
PR	Curitiba	6.872	7.091	6.486	6.687	3,2%	-8,5%	3,1%	-2,7%
PA	Belém	4.054	3.891	3.666	4.021	-4,0%	-5,8%	9,7%	-0,8%
PB	João Pessoa	4.443	4.927	4.781	4.606	10,9%	-3,0%	-3,7%	3,7%
SP	São Paulo	5.881	6.652	6.582	6.134	13,1%	-1,1%	-6,8%	4,3%
AL	Maceió	2.632	3.095	2.756	2.771	17,6%	-11,0%	0,5%	5,3%
SE	Aracaju	5.400	5.971	4.971	5.756	10,6%	-16,7%	15,8%	6,6%
RJ	Rio de Janeiro	4.789	4.440	4.724	5.151	-7,3%	6,4%	9,0%	7,6%
AP	Macapá	4.236	4.419	4.239	4.562	4,3%	-4,1%	7,6%	7,7%
MA	São Luís	2.845	3.107	3.746	3.676	9,2%	20,6%	-1,9%	29,2%
TOTAL DAS CAPITAIS		5.325	5.432	5.240	5.212	2,0%	-3,5%	-0,5%	-2,1%
TOTAL BRASIL		3.067	3.122	2.998	2.931	1,8%	-4,0%	-2,2%	-4,4%

*R\$ a preços de Jul/2016

FONTES DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD Contínua)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

3. OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO BRASIL (MACRODADOS DO BANCO CENTRAL)

Os indicadores consolidados das operações de crédito divulgados pelo Banco Central em todo Brasil nestes últimos anos continuaram revelando não apenas a oscilação da postura das autoridades monetárias frente às variáveis mais importantes do sistema de empréstimos para pessoas físicas, mas principalmente apontam para uma mudança de postura dos consumidores diante de um quadro de corrosão da renda e de incertezas quanto ao futuro.

Para efeito desse trabalho, nesta primeira parte, foram considerados apenas os valores das operações para pessoas físicas com recursos livres que, segundo o Banco Central, se

definem como “os financiamentos e empréstimos com direcionamento e taxas livremente pactuadas entre instituições financeiras e os mutuários, ou seja, a instituição financeira tem autonomia para decidir em quais setores econômicos ela vai aplicar os recursos captados em mercado, através de depósitos a prazo, via Certificados de Depósito Bancário (CDB), captações de mercado no exterior, parte dos depósitos à vista, entre outros instrumentos.” Nesta definição, excluem-se os recursos direcionados, as operações das cooperativas de crédito e de leasing.

Os dados dos primeiros semestres dos últimos três anos mostram claramente uma redução nos saldos das operações de crédito para pessoas físicas no Brasil e, mais do que isso, em trajetória exacerbada. Enquanto em junho de 2014 o saldo das operações caiu em termos reais (descontada a inflação) 0,4%, em junho de 2015 elas registraram redução de 3,9% e, em junho deste ano, apresentaram retração de 7,2%. Os juros, que explicam em parte essas quedas, passaram de 18,9% acumulados nos seis meses iniciais de 2014 para 24,1% no 1º semestre de 2016. Isso representa sair de uma taxa mensal de 2,9% para 3,7%.

Esse comportamento dos juros efetivamente praticados levou, por consequência, a uma expressiva elevação do valor dos juros pagos pelas famílias nesse período: enquanto que no 1º semestre de 2014 as famílias despenderam R\$ 158,9 bilhões para pagamento de juros de seus empréstimos, essa despesa passou para R\$ 174,4 bilhões no mesmo período de 2016, valor equivalente a 5,7% do PIB semestral. Em 2014, nesses mesmos seis meses, esse valor correspondeu a 4,8% do PIB. Assim, mesmo com a retração na tomada de empréstimos pelas famílias em 2016, o custo pago a título de juros em 2015 foi R\$ 15,5 bilhões maior do que há dois anos.

VALORES DE CRÉDITO LIVRE E JUROS
PESSOAS FÍSICAS - 1º SEM_2014 a 1º SEM_2016
(Saldos em Final de Período)

Período	SALDO*	TAXA DE JURO REAL EFETIVA (a.a.)	JURO MÉDIO MENSAL REAL EFETIVO	VALOR ACUMULADO DOS JUROS PAGOS*
1º SEM_2013	905,3	42,7%	3,0%	164,0
1º SEM_2014	901,4	41,5%	2,9%	158,9
1º SEM_2015	865,8	46,0%	3,2%	165,0
1º SEM_2016	803,7	54,1%	3,7%	174,4
Período de comparação	VARIÁÇÕES SOBRE SEMESTRE ANTERIOR (Taxas Reais)			
1º SEM_2014/1º SEM_2013	-0,4%	-4,1%	-2,5%	-3,1%
1º SEM_2015/1º SEM_2014	-3,9%	7,5%	9,3%	3,8%
1º SEM_2016/1º SEM_2015	-7,2%	15,2%	14,4%	5,7%
1º SEM_2016/1º SEM_2013	-11,2%	26,7%	22,0%	6,3%

*(R\$ Bilhões a preços de Jul/2016 ao longo do período)

Fontes dos Dados Brutos: Banco Central do Brasil / IBGE

Metodologia e Cálculos: FecomercioSP

Já no âmbito da inadimplência, a menor procura por empréstimos, ao lado da maior preocupação com a administração mais rígida do orçamento doméstico via redução de dívidas levou a uma trajetória de queda de atrasos na quitação dos empréstimos. Ainda assim, o volume de recursos que as famílias mantêm em atraso, acima de 15 dias, é bastante significativo: enquanto que em junho de 2014 os mutuários pessoas físicas

computavam um volume de pagamentos atrasados de R\$ 102,2 bilhões, em junho de 2016 ele registra um valor de R\$ 92,8 bilhões. Mas a maior queda registrada no valor dos atrasos ocorreu no 1º semestre de 2015, quando houve uma queda de 8,4% nesses valores, que atingiram R\$ 93,6 bilhões. Mesmo em queda, o valor total dos compromissos em atraso representaram, em junho de 2016, 3% do PIB semestral.

PERFIL DA INADIMPLÊNCIA - RESUMO

Período	Saldo do Volume Real de Crédito com recursos livres*	Percentual da carteira de crédito com atraso entre 15 e 90 dias (A)	Percentual da carteira de crédito com atraso acima de 90 dias (B)	Inadimplência Total (A + B) em %	Inadimplência Total (A + B) R\$ Bilhões*
1º SEM_2013	905,3	5,7%	6,3%	12,0%	108,4
1º SEM_2014	901,4	5,7%	5,6%	11,3%	102,2
1º SEM_2015	865,8	5,5%	5,3%	10,8%	93,6
1º SEM_2016	803,7	5,4%	6,1%	11,5%	92,8
Período de comparação	VARIAÇÕES SOBRE SEMESTRE ANTERIOR (Taxas Reais)	DIFERENÇAS EM RELAÇÃO AO SEMESTRE ANTERIOR (Taxas Reais)		VARIAÇÕES SOBRE SEMESTRE ANTERIOR (Taxas Reais)	
1º SEM_2014/1º SEM_2013	-0,4%	0,1%	-0,7%	-0,6%	-5,7%
1º SEM_2015/1º SEM_2014	-3,9%	-0,2%	-0,3%	-0,5%	-8,4%
1º SEM_2016/1º SEM_2015	-7,2%	-0,1%	0,8%	0,7%	-0,9%

*(R\$ Bilhões a preços de Jul/2016 no final do período)

Fontes dos Dados Brutos: Banco Central do Brasil / IBGE
Metodologia e Cálculos: FecomercioSP

A rigor, diante dos números observados tanto no tangente aos juros pagos pelas famílias quanto em relação ao valor da inadimplência total das mesmas, pode inferir que as grandes magnitudes decorrem basicamente do elevadíssimo custo dos empréstimos no Brasil o que, ao mesmo tempo em que impede a ocorrência de um descontrole nos níveis de inadimplência, também é um obstáculo para a redução expressiva do volume desses atrasos. Isso porque, ao despender um montante expressivo apenas a título de juros, as famílias com menor poder aquisitivo acabam ficando mais vulneráveis aos atrasos que, por sua vez, incorporam novos juros elevados, criando um efeito cumulativo de difícil reversão.

Também foi decisiva a forte deterioração da renda havida durante esse processo, conforme já avaliado em capítulo anterior, o que foi um obstáculo importante para a busca do equilíbrio financeiro para grande parte das famílias.

TABELA SÍNTESE - VALORES DOS JUROS PAGOS E DA INADIMPLÊNCIA

Período	Inadimplência*	Juros Pagos*	PIB Semestral**	Inadimplência/PIB	Juros Pagos/PIB (%)
1º SEM_2013	108,4	164,0	3.281,9	3,3%	5,0%
1º SEM_2014	102,2	158,9	3.345,2	3,1%	4,8%
1º SEM_2015	93,6	165,0	3.231,5	2,9%	5,1%
1º SEM_2016	92,8	174,4	3.074,2	3,0%	5,7%
Período de comparação	VARIAÇÕES SOBRE SEMESTRE ANTERIOR (Taxas Reais)		DIFERENÇAS EM RELAÇÃO AO SEMESTRE ANTERIOR (Taxas Reais)		
1º SEM_2014/1º SEM_2013	-5,7%	-3,1%	1,9%	-0,2%	-0,2%
1º SEM_2015/1º SEM_2014	-8,4%	3,8%	-3,4%	-0,2%	0,4%
1º SEM_2016/1º SEM_2015	-0,9%	5,7%	-4,9%	0,1%	0,6%
1º SEM_2016/1º SEM_2013	-14,4%	6,3%	-6,3%	-0,3%	0,7%

*(R\$ Bilhões a preços de Jul/2016 no final do período)

** Valores atualizados pelo IPCA em R\$ Bilhões a preços de Jun/2016

Fontes dos Dados Brutos: Banco Central do Brasil / IBGE

Metodologia e Cálculos: FecomercioSP

Em síntese, o cenário do crédito agregado no Brasil entre os 1ºs semestres de 2013 e 2016 mostrou as seguintes mudanças:

- O saldo do volume das operações de crédito total para pessoas físicas caiu 11,2% em termos reais, passando de R\$ 905 bilhões para R\$ 804 bilhões;
- Ao mesmo tempo, nesse período houve aumento substancial na taxa média anualizada de juro ao consumidor, que passou de 43% a.a. em 2013 para a média de 54% a.a. em 2016;
- Com esse aumento de custo, as famílias que ao longo do 1º semestre de 2013 pagaram apenas a título de juros de seus empréstimos um valor acumulado de R\$ 164 bilhões, já atualizados, elevaram esse dispêndio para R\$ 174 bilhões no mesmo período de 2016, equivalentes a 5,7% do PIB semestral.
- Embora as famílias em 2016 tenham tomado 11% menos empréstimos do que há três anos, elas acabaram tendo um aumento real no pagamento de juros 6,3% maior, em função das fortes altas ocorridas no custo dos financiamentos no período.
- Por outro lado, houve expressiva queda de 14% em termos reais no volume das dívidas em atraso (acima de 15 dias), que passou de R\$ 108 bilhões em 2013 para R\$ 93 bilhões em 2016.

Como se nota, apesar do saldo de empréstimos estar diminuindo desde 2013, o valor pago de juros pelas famílias cresceu no período. Isso é função em primeiro lugar do ajuste que famílias e sistema financeiro fizeram diante da crise. Houve um acordo tácito: os bancos não querem emprestar como em passado recente e as famílias não querem se endividar da mesma forma que faziam nos tempos de pleno emprego. Esse ajuste, bastante racional e responsável, garantiu, até o momento, um ambiente financeiro com notável alívio na inadimplência. Por outro lado, também concentra a possibilidade de controle das dívidas a um contingente com menores condições financeiras para isso, para as quais o endividamento é essencial.

A maior seletividade e limitação do crédito, seja pela menor oferta seja pelo aumento de seu custo, também inviabiliza grande parte do consumo, com redução significativa do fomento ao varejo e ao consumidor.

A conclusão inevitável, diante da magnitude dessas variáveis é que elas acabam por interferir de forma decisiva no desempenho do varejo e no bem estar das famílias, como fica evidenciado pelo prolongado ciclo recessivo nas vendas do comércio. Isso é ainda mais contundente diante da forte retração nos indicadores de emprego e da renda já avaliados.

4. RADIOGRAFIA DO USO DO CRÉDITO PELAS FAMÍLIAS NAS CAPITALS BRASILEIRAS ENTRE 2013 E 2016

Conforme já mencionado, nesta edição do estudo as comparações, índices e valores foram calculados com base nos meses de dezembro de 2013 até 2015 e no mês de junho de 2016. Por se tratarem de variáveis de fluxo, a comparação entre pontos mensais permite uma melhor observação da trajetória dos indicadores selecionados.

Os resultados estão sintetizados em tabelas com os principais indicadores de dívidas das famílias, (taxa endividamento, número de famílias com dívidas, valores totais e médios em reais e nível de comprometimento da renda com empréstimos), apontando as dez capitais com taxas e valores mais relevantes, divididas entre as cinco com os maiores resultados e as cinco com os menores resultados.

Do grande acervo de informações produzidas, foram selecionadas algumas consideradas mais relevantes, em termos gerais, para se ter uma visão clara do que ocorreu nesses três últimos anos e meio, desde 2013, ano da retomada do ciclo de altas da taxa básica de juros, passando por 2014 e 2015, em que a conjunção de baixo crescimento com elevação da inflação impôs a intensificação da política monetária de elevados juros, terminando em junho de 2016, em meio ao mais grave ciclo recessivo da economia e troca de governo e com nova equipe no Banco Central.

Basicamente, os resultados obtidos mais importantes mostram que:

Síntese das variáveis - Total das Capitais

	2013	2014	2015	2016	2016/2015
RENDA MÉDIA MENSAL DAS FAMÍLIAS (R\$)*	R\$ 5.325,09	R\$ 5.431,59	R\$ 5.240,18	R\$ 5.211,84	↓
MASSA MENSAL DE RENDIMENTOS (R\$ mil)*	R\$ 80.488.614.680	R\$ 82.792.521.657	R\$ 80.545.761.960	R\$ 80.450.293.919	↓
Nº DE FAMÍLIAS	15.114.978	15.242.780	15.370.815	15.436.066	↑
TAXA DE ENDIVIDAMENTO (%)	62,25	59,27	61,13	58,14	↓
FAMÍLIAS QUE TÊM DÍVIDAS EM ATRASO (%)	20,77	18,47	23,19	23,46	↑
RENDA/DÍVIDA (%)	30,17	30,60	31,87	30,61	↓
Nº DE FAMÍLIAS ENDIVIDADAS	9.466.292	9.149.075	9.488.007	9.062.431	↓
TOTAL MENSAL DA DÍVIDA DAS FAMÍLIAS (R\$ mil)*	R\$ 15.247.625.402	R\$ 14.970.230.129	R\$ 15.447.459.980	R\$ 14.221.874.957	↓
DÍVIDA MENSAL POR FAMÍLIA*	R\$ 1.610,73	R\$ 1.636,26	R\$ 1.628,10	R\$ 1.569,32	↓

*R\$ a preços de Jul/2016

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

1. O conjunto das famílias endividadas, após ter apresentado um pico em 2013, de 62% mostrou ligeira queda em 2014, caindo para 59%, e nova alta em 2015 com a intensificação da crise interna, mas mostrou considerável redução para 58% no final do 1º semestre de 2016, como resultado do forte ajuste no consumo de bens duráveis pelas famílias, em função da perda de renda e temor pelo desemprego.
2. Esses indicadores fizeram com que o nº de famílias endividadas no total das capitais caísse de 9.466 milhões no final de 2013 para 9.062 em junho de 2016, ou seja, mais de 400 mil famílias conseguiram sair do endividamento nesse período. Nesse intervalo, houve intensa alternância nesses números, refletindo as oscilações frequentes da política de crédito e do ambiente econômico.
3. Com esse percentual e número menor de famílias endividadas nas capitais nesse período, o valor total mensal dessas dívidas caiu, em valores reais, cerca de R\$ 1,1 bilhão, passando de R\$15,2 bilhões em 2013 para R\$14,2 bilhões em 2016. Esse aumento foi decorrência direta da expressiva alta nas taxas de juros finais para as pessoas físicas, que passou de 42,7% em 2013 para 54,1% em 2016.

	TAXA DE ENDIVIDAMENTO (Nº DE FAMÍLIAS COM DÍVIDAS - %)				Nº DE FAMÍLIAS ENVIDADAS					
	CAPITAIS	dez-13	dez-14	dez-15	jun-16	CAPITAIS	dez-13	dez-14	dez-15	jun-16
MAIORES	Curitiba	84	89	87	86	São Paulo	2.044.557	1.649.333	1.924.313	1.890.447
	Florianópolis	88	88	87	85	Rio de Janeiro	1.496.116	1.223.148	1.491.666	1.294.260
	Boa Vista	76	74	84	82	Distrito Federal	710.465	724.500	709.160	708.550
	Distrito Federal	82	82	79	78	Curitiba	521.429	551.500	548.885	538.939
	Natal	78	66	76	76	Salvador	534.640	590.661	521.077	491.053
	TOTAL DASCAPITAIS	62	59	61	58	TOTAL DASCAPITAIS	9.466.292	9.149.075	9.488.007	9.062.431
MENORES	Teresina	60	59	54	53	Vitória	87.383	85.590	77.236	79.974
	Salvador	57	63	55	52	Macapá	75.328	73.721	81.243	79.564
	São Paulo	54	43	50	49	Boa Vista	64.873	64.734	74.741	73.628
	Belo Horizonte	48	45	46	38	Rio Branco	69.283	69.429	73.678	68.181
	Goiânia	50	63	34	34	Palmas	61.683	64.061	58.417	56.840

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

4. Essa redução no conjunto dos endividados e no valor das dívidas tomadas também foi refletida na queda no valor da dívida média mensal das famílias entre dezembro de 2013 e junho de 2016, que passou de R\$1.611 para R\$1.569, significando uma diminuição de 2,6% em termos reais no período. O valor de pico na dívida mensal foi detectado em dezembro de 2014, com R\$ 1.636.

VALOR TOTAL DA DÍVIDA MENSAL DAS FAMÍLIAS (valores reais em mil)*					
CAPITAIS		dez-13	dez-14	dez-15	jun-16
M AIORES	São Paulo	3.392.756	3.246.215	3.982.604	3.401.817
	Rio de Janeiro	1.973.221	1.589.758	2.100.281	2.098.837
	Curitiba	1.162.638	1.249.301	1.136.960	1.149.538
	Distrito Federal	1.109.194	1.126.131	956.694	1.002.609
	Porto Alegre	632.781	634.442	774.614	767.563
TOTAL DASCAPITAIS		15.247.625	14.970.230	15.447.460	14.221.875
M ENORES	Porto Velho	95.415	118.400	112.105	112.402
	João Pessoa	348.006	308.631	105.567	103.411
	Aracaju	259.080	258.380	165.206	101.633
	Palmas	117.269	118.947	98.056	95.208
	Rio Branco	75.565	70.383	80.034	76.164

FONTES DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP - *Preços de Julho de 2016

5. Pelo sexto ano consecutivo, o nível de comprometimento médio da renda mensal das famílias brasileiras com dívidas permaneceu estatisticamente estável no mesmo patamar, na casa dos 30%, taxa que pode ser considerada razoavelmente adequada.

PARCELA MENSAL COMPROMETIDA COM DÍVIDA (em %)					VALOR MÉDIO MENSAL DA DÍVIDA POR FAMÍLIA (valores reais)*						
CAPITAIS		dez-13	dez-14	dez-15	jun-16	CAPITAIS		dez-13	dez-14	dez-15	jun-16
M AIORES	Manaus	43	43	44	42	Vitória	R\$ 3.222	R\$ 3.234	R\$ 2.440	R\$ 3.222	
	Boa Vista	42	41	46	41	Porto Alegre	R\$ 2.034	R\$ 2.207	R\$ 2.096	R\$ 2.296	
	Teresina	45	43	46	41	Curitiba	R\$ 2.230	R\$ 2.265	R\$ 2.071	R\$ 2.133	
	Natal	39	35	37	36	Belo Horizonte	R\$ 2.048	R\$ 2.068	R\$ 2.576	R\$ 2.068	
	Distrito Federal	35	36	35	35	Florianópolis	R\$ 2.443	R\$ 2.538	R\$ 2.223	R\$ 2.042	
TOTAL DASCAPITAIS		30	31	32	31	TOTAL DASCAPITAIS	R\$ 1.611	R\$ 1.636	R\$ 1.628	R\$ 1.569	
M ENORES	Maceió	30	32	27	27	São Luís	R\$ 739	R\$ 818	R\$ 1.100	R\$ 1.056	
	Belém	26	30	30	27	Fortaleza	R\$ 1.520	R\$ 963	R\$ 1.010	R\$ 992	
	Recife	31	24	22	23	Aracaju	R\$ 2.024	R\$ 1.793	R\$ 1.783	R\$ 784	
	Aracaju	37	30	36	14	Maceió	R\$ 793	R\$ 978	R\$ 731	R\$ 747	
	João Pessoa	46	34	14	13	João Pessoa	R\$ 2.043	R\$ 1.692	R\$ 649	R\$ 612	

FONTES DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP - *Preços de Julho de 2016

6. Em contrapartida, o processo de redução de endividados levou a uma depuração das famílias com capacidade de pagamento das mesmas de cima para baixo, fazendo com que o conjunto restante tivesse um menor poder aquisitivo relativo. Isso levou a elevação da taxa de famílias com contas em atraso, que passou de 21% em 2013, tendo caído para 18% em final de 2014, mas voltando a se elevar para 23% em 2015 e 2016.

% FAMILIAS QUE TEM DIVIDAS EM ATRASO					
CAPITAIS		dez-13	dez-14	dez-15	jun-16
M AIORES	Boa Vista	53	38	48	44
	Macapá	37	35	39	41
	Belém	18	12	38	36
	Cuiabá	37	38	41	35
	Manaus	43	39	41	35
	TOTAL DAS CAPITAIS	21	18	23	23
M MENORES	Teresina	18	17	9	17
	Belo Horizonte	15	19	18	16
	Palmas	9	10	14	14
	Distrito Federal	9	10	14	14
	João Pessoa	24	25	9	10

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP - *Preços de Julho de 2016

Considerando as **abrangências geográficas regionais**, alguns aspectos da base de informações gerada mereceram destaque, tais como:

- Na capital de São Paulo, que naturalmente detém o maior volume de dívidas, em decorrência de ter a maior população do país, esse montante em junho de 2016 do total da dívida das famílias alcançou R\$ 3,4 bilhões mensais em média, apenas 0,3% maior que o volume de dívidas registrado em dezembro de 2013. O número de famílias endividadas caiu 7,5%, passando de cerca de 2,04 milhões para 1,89 milhões, respectivamente, entre essas datas. Já a dívida média mensal dos paulistanos atingiu R\$ 1.799 em junho passado, com aumento real de 8,4% ante dezembro de 2013. O crescimento real de 4,3% no rendimento médio em São Paulo sustentou essa elevação, fazendo com que a relação dívida/renda permanecesse praticamente estabilizada nos últimos anos, situando-se em 29% em junho passado.
- Curitiba permaneceu sendo, em 2016, a capital com o maior percentual de famílias endividadas (86%). A capital paranaense tem também a terceira maior dívida média mensal por família, com R\$ 2.133 em junho de 2016, valor que é 4,34% menor do que aquele registrado no final de 2013. Curitiba tem também o quarto maior número de famílias endividadas do país.
- Florianópolis permaneceu no 2º lugar do ranking (85%), mesmo com a redução de três pontos percentuais em relação a 2013. A capital catarinense passou de segunda para a quinta maior média mensal de dívida por família, de R\$ 2.042, 16,4% menor do que em 2013.

		TAXA DE ENDIVIDAMENTO (Nº DE FAMÍLIAS COM DÍVIDAS - %)				Nº DE FAMÍLIAS ENVIDADAS					
		CAPITAIS	dez-13	dez-14	dez-15	jun-16	CAPITAIS	dez-13	dez-14	dez-15	jun-16
MAIORES	Curitiba		84	89	87	86	São Paulo	2.044.557	1.649.333	1.924.313	1.890.447
	Florianópolis		88	88	87	85	Rio de Janeiro	1.496.116	1.223.148	1.491.666	1.294.260
	Boa Vista		76	74	84	82	Distrito Federal	710.465	724.500	709.160	708.550
	Distrito Federal		82	82	79	78	Curitiba	521.429	551.500	548.885	538.939
	Natal		78	66	76	76	Salvador	534.640	590.661	521.077	491.053
TOTAL DAS CAPITAIS			62	59	61	58	TOTAL DAS CAPITAIS	9.466.292	9.149.075	9.488.007	9.062.431
MENORES	Teresina		60	59	54	53	Vitória	87.383	85.590	77.236	79.974
	Salvador		57	63	55	52	Macapá	75.328	73.721	81.243	79.564
	São Paulo		54	43	50	49	Boa Vista	64.873	64.734	74.741	73.628
	Belo Horizonte		48	45	46	38	Rio Branco	69.283	69.429	73.678	68.181
	Goiânia		50	63	34	34	Palmas	61.683	64.061	58.417	56.840

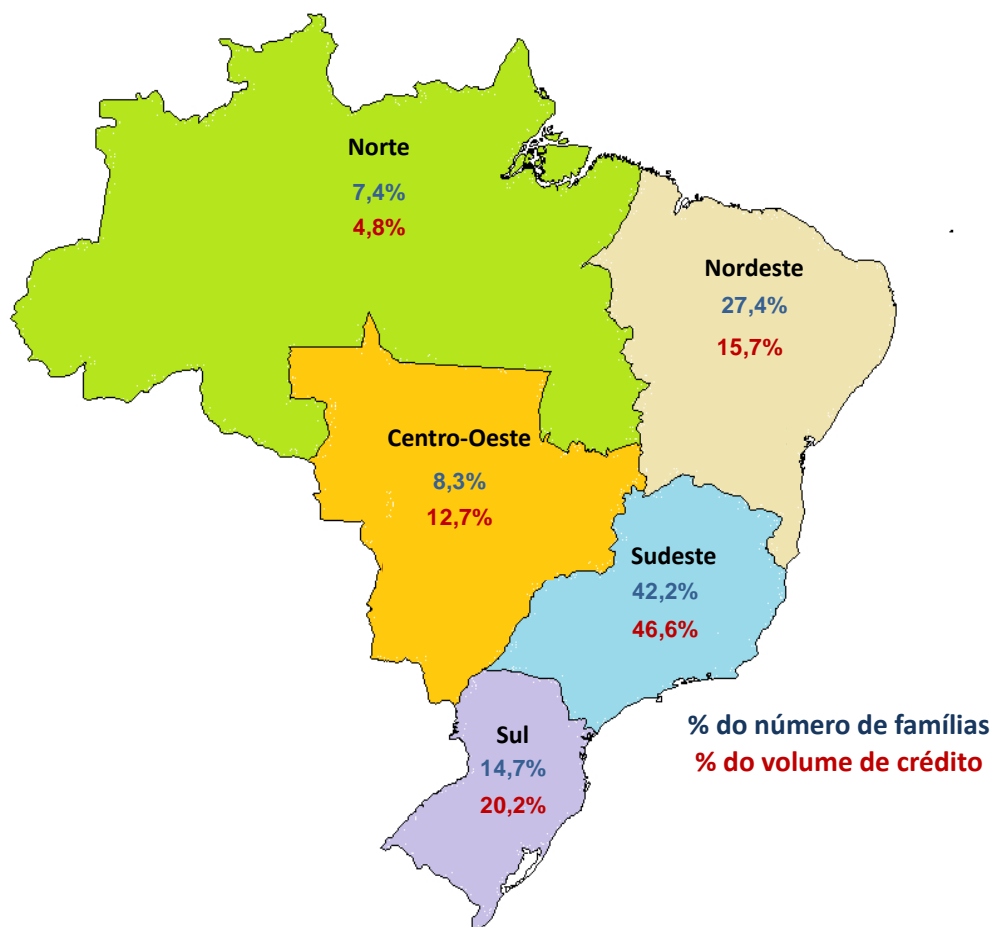
FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

- Goiânia e Belo Horizonte são as capitais que, em junho de 2016, aparecem com as menores taxas de famílias endividadadas, com 34% e 38%, respectivamente, índices que representam reduções de 16 e 10 pontos percentuais em relação a dezembro de 2013. Em números absolutos, indicam que em Goiânia, em junho passado havia quase 70 mil famílias a menos com dívidas do que em 2013 e, em Belo Horizonte, 76 mil famílias a menos.
- Os dados de distribuição regional do crédito pelo Banco Central justificam a causa da forte concentração de endividados em algumas capitais do país, como as da região Sul. Os referidos dados do BC indicam uma assimetria entre população e crédito nessa região, pois respondendo por 15% do número de famílias, a região captou 20% do total de crédito.
- A região Centro-Oeste é aquela aonde se tem a maior concentração relativa das operações de crédito, respondendo por 8% do número de famílias e 13% das tomadas de empréstimos no sistema financeiro formal.
- No sentido inverso, as Regiões Nordeste e Norte são onde se tem as maiores desigualdades relativas entre população e volume de crédito: tendo 27,4% da população, o Nordeste tem uma oferta de crédito de apenas 15,7% do total, e no Norte, essa relação é de 7,4% e 4,8%, respectivamente. Isso explica em grande parte os grandes índices de endividamento informais e contas em atraso nessas capitais.

**Distribuição média de junho de 2016 do Volume de Crédito por região geográfica
PESSOA FÍSICA**



Distribuição do Saldo de Crédito* por região geográfica
Pessoa Física

Participação média		Região Norte	Região Nordeste	Região Centro-Oeste	Região Sudeste	Região Sul	BRASIL
Número de Famílias	nº	4.432.124	16.432.679	4.946.748	25.259.603	8.822.870	59.894.023
	(%)	7,4%	27,4%	8,3%	42,2%	14,7%	100,0%
Volume de Crédito	R\$ bilhões	73	236	190	700	304	1.504
	(%)	4,8%	15,7%	12,7%	46,6%	20,2%	100,0%

Fontes dos Dados Brutos: Banco Central do Brasil / IBGE

Metodologia e Cálculos: FecomercioSP

*R\$ bilhões à Preços de Julho de 2016

- Em termos do percentual de famílias com contas em atraso, Boa Vista é a capital com maior taxa de endividados, com um conjunto de 44% de inadimplentes em junho de 2016. Essa taxa, no entanto, já foi maior em 2013, quando acusou um contingente de 53% de famílias com contas atrasadas. O aspecto mais preocupante é que a grande maioria das dívidas em Boa Vista está concentrada em cartão de crédito e com carnês, o que sinaliza para elevados custos dessas contas.

- A capital com a maior dívida média mensal em 2016 é Vitória, com R\$ 3.222, exatamente o mesmo valor real apurado em dezembro de 2013. No entanto, em função de ser a capital com a maior renda média mensal familiar, mesmo tendo a maior dívida familiar ainda assim preserva o comprometimento da renda dentro de padrões considerados saudáveis e na média nacional, com 30% na relação dívida/renda. Merece atenção o grande aumento registrado em 2016, pois essa taxa em dezembro de 2015 foi de apenas 22%.

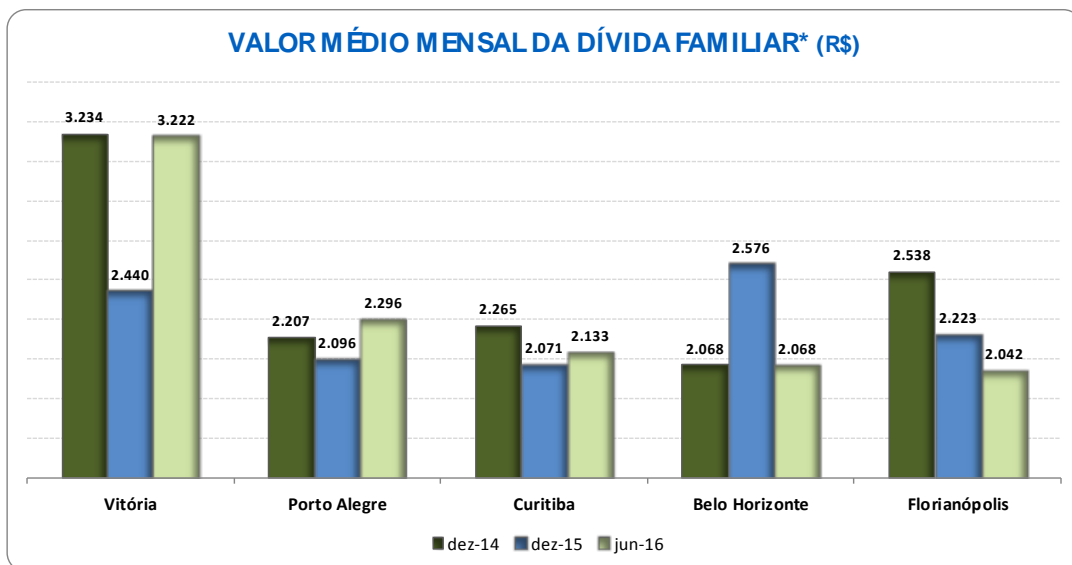
PARCELA MENSAL COMPROMETIDA COM DÍVIDA (em %)					VALOR MÉDIO MENSAL DA DÍVIDA POR FAMÍLIA (valores reais)*					
	CAPITAIS	dez-13	dez-14	dez-15	jun-16	CAPITAIS	dez-13	dez-14	dez-15	jun-16
M MAIORES	Manaus	43	43	44	42	Vitória	R\$ 3.222	R\$ 3.234	R\$ 2.440	R\$ 3.222
	Boa Vista	42	41	46	41	Porto Alegre	R\$ 2.034	R\$ 2.207	R\$ 2.096	R\$ 2.296
	Teresina	45	43	46	41	Curitiba	R\$ 2.230	R\$ 2.265	R\$ 2.071	R\$ 2.133
	Natal	39	35	37	36	Belo Horizonte	R\$ 2.048	R\$ 2.068	R\$ 2.576	R\$ 2.068
	Distrito Federal	35	36	35	35	Florianópolis	R\$ 2.443	R\$ 2.538	R\$ 2.223	R\$ 2.042
	TOTAL DAS CAPITAIS	30	31	32	31	TOTAL DAS CAPITAIS	R\$ 1.611	R\$ 1.636	R\$ 1.628	R\$ 1.569
M MENORES	Maceió	30	32	27	27	São Luis	R\$ 739	R\$ 818	R\$ 1.100	R\$ 1.056
	Belém	26	30	30	27	Fortaleza	R\$ 1.520	R\$ 963	R\$ 1.010	R\$ 992
	Recife	31	24	22	23	Aracaju	R\$ 2.024	R\$ 1.793	R\$ 1.783	R\$ 784
	Aracaju	37	30	36	14	Maceió	R\$ 793	R\$ 978	R\$ 731	R\$ 747
	João Pessoa	46	34	14	13	João Pessoa	R\$ 2.043	R\$ 1.692	R\$ 649	R\$ 612

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP - *Preços de Julho de 2016

Valor Médio Mensal da Dívida Familiar – Cinco Maiores



FORNTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP - *Preços de Julho de 2016

- As quatro capitais com as maiores taxas de comprometimento da renda com dívidas estão nas regiões Norte e Nordeste: Manaus (42%), Boa Vista (41%) Teresina (41%) e Natal (36%). São justamente as regiões aonde a oferta de crédito mostra as maiores desproporções em relação à população.

5. CONCLUSÃO – O IMPACTO DA POLÍTICA DE CRÉDITO ENTRE 2013 E 2016 NO ENDIVIDAMENTO E NO NÍVEL DE INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Inicialmente, é preciso destacar que novamente, a comparação entre as informações da dinâmica do crédito do lado da oferta consolidada (fornecidas pelo Banco Central) e da demanda nas capitais do país (PEIC-CNC) apresentam uma grande convergência,

evidenciando que as oscilações da política monetária nos anos recentes têm produzido impactos importantes, até mesmo na percepção dos consumidores e balizando decisões de consumo.

Da análise do grande acervo de informações obtidas para execução do presente documento, três resultados se destacam:

1. No período de janeiro de 2014 até junho de 2016, a crise econômica do Brasil produziu uma forte contração na massa de rendimentos das pessoas ocupadas, com uma perda estimada média de R\$ 4,4 bilhões ao mês (R\$ 52,6 bilhões em termos anuais) no final desse período.
2. O total do endividamento do conjunto das famílias brasileiras impôs um custo ao orçamento doméstico de cerca de R\$ 174 bilhões ao longo do 1º semestre de 2016, apenas a título de pagamentos de juros. Esse expressivo volume de despesa se refletiu em um saldo de dívidas em atraso ao redor de R\$ 93 bilhões ao final desse período.
3. A conjunção de crise econômica com elevação das incertezas dos consumidores, maior seletividade do sistema financeiro e altas taxas de juros levou as famílias a reduzirem fortemente a tomada de crédito, comprometendo o seu consumo de bens duráveis e gerando uma das maiores recessões de vendas da história do comércio varejista.

Essas constatações deixam clara a importância da política monetária sobre o dia a dia e sobre a capacidade de consumo da população, pois a taxa de juros representa um elemento relevante no total do orçamento doméstico. Nos dados apurados, o volume de juros pagos pelas famílias entre janeiro e junho deste ano chegou a representar 5,7% do PIB do 1º semestre de 2016. Isso realça também a importância de uma economia com suas contas públicas ajustadas, pois no final a prática de altos juros nada mais é do que a necessidade de se utilizar uma política monetária restritiva, na ausência de política fiscal adequada, visando evitar o descontrole de algumas variáveis macroeconômicas importantes, principalmente da inflação.

Esse descontrole do setor público tem efeitos que se espalham por toda economia. Os erros e suas consequências não ficam restritos ao âmbito do governo: se espalham por toda sociedade na forma de juros, inflação, desemprego e recessão, como é o caso brasileiro atual. O descontrole fiscal levou o governo a ampliar sua dívida, perseguir aumentos de carga tributária, e o obrigou a pagar juros mais caros para emitir nova dívida, bem como acelerou o processo de arrecadação de impostos além da capacidade contributiva da sociedade nos últimos anos. Também exigiu cortes de gastos do governo justamente nas áreas mais relevantes para o crescimento econômico: investimentos.

Para as famílias, os juros altos elevam os custos das dívidas, o valor das parcelas. O dinheiro que seria destinado ao consumo passa a ser direcionado ao setor financeiro. Essa transferência de renda é normal, afinal de contas o setor bancário presta importante serviço à sociedade fazendo a intermediação de recursos entre poupadores e tomadores de dinheiro. No entanto, os juros no Brasil são

exorbitantes em função das condições que se apresentam. Como o Governo é o maior tomador de dinheiro, o maior devedor da economia e, como suas contas estão desequilibradas, os poucos recursos que sobram são muito disputados. Essa disputa faz com que as taxas de juros médias para os consumidores Pessoas Físicas atinjam patamares superiores a 50% ao ano, como atualmente.

Em um ambiente mais normal, de controle de gastos públicos, o governo precisaria de muito menos recursos e as taxas básicas de juros seriam mais baixas. Para completar os benefícios, isso redundaria, certamente, em inflação menor e crescimento econômico maior. Ou seja, o consumidor sofre em três dimensões com as decisões erradas do setor público: paga juros muito elevados, vê a geração de empregos ser reduzida pelo baixo crescimento econômico e seu orçamento se deteriorando também por conta da inflação alta.

Diante desse cenário, apesar do saldo de empréstimos estar diminuindo desde 2013, o valor pago de juros pelas famílias foi crescente ano a ano. Isso é função em primeiro lugar do ajuste que famílias e sistema financeiro fizeram diante da crise. Foi como se tivesse havido um acordo informal, mas tácito: os bancos não desejam emprestar tanto quanto antes e as famílias não querem se endividar da mesma forma que faziam nos tempos de pleno emprego. Esse ajuste, bastante racional e responsável, garantiu, até o momento, um ambiente financeiro sem grandes riscos de uma explosão de inadimplência. Por outro lado, inviabiliza grande parte do consumo, com redução significativa do fomento ao varejo e ao consumidor.

Conclusão: Como a taxa de juro elevada é um obstáculo ao crescimento econômico e um custo elevado tanto para os consumidores como para as empresas e para o setor público, qualquer melhoria passa, necessariamente, por um forte ajuste fiscal. O desajuste é causa e não consequência da crise.

Com o ajuste do setor público, os juros cairiam na base e na ponta, e a demanda por dinheiro do governo seria bem menor, o que liberaria recursos em abundância para empréstimos. Evidentemente as taxas de juros seriam bem menores mas, além disso, um choque de gestão pública também alavancaria os investimentos do setor público e estimularia o crescimento do país, com ganhos de confiança e ampliação significativa de investimentos e geração de empregos, dentro de um ambiente de menos inflação e mais emprego, renda e consumo. Tudo isso dito, seria muito razoável imaginar que as taxas de juros ao consumidor pudessem ser menos da metade das atuais. Além disso, o volume de crédito seria muito maior e acessível para pessoas físicas e empresas. Um ciclo virtuoso seria iniciado.

ANEXOS

Principais Variáveis do Crédito nas Capitais

UF	CAPITAIS	TAXA DE ENDIVIDAMENTO (%)				Nº DE FAMÍLIAS ENDIVIDADAS			
		DEZEMBRO DE 2013	DEZEMBRO DE 2014	DEZEMBRO DE 2015	JUNHO DE 2016	DEZEMBRO DE 2013	DEZEMBRO DE 2014	DEZEMBRO DE 2015	JUNHO DE 2016
SP	São Paulo	54	43	50	49	2.044.557	1.649.333	1.924.313	1.890.447
RJ	Rio de Janeiro	67	55	67	58	1.496.116	1.223.148	1.491.666	1.294.260
MG	Belo Horizonte	48	45	46	38	388.483	364.579	373.867	312.714
PR	Curitiba	84	89	87	86	521.429	551.500	548.885	538.939
BA	Salvador	57	63	55	52	534.640	590.661	521.077	491.053
DF	Distrito Federal	82	82	79	78	710.465	724.500	709.160	708.550
AC	Rio Branco	67	66	69	63	69.283	69.429	73.678	68.181
AL	Maceió	59	65	69	59	174.465	194.583	208.016	177.850
AP	Macapá	71	68	73	71	75.328	73.721	81.243	79.564
AM	Manaus	68	76	86	67	347.995	397.786	460.190	360.325
CE	Fortaleza	67	66	54	64	496.676	493.249	411.172	484.723
ES	Vitória	75	73	65	67	87.383	85.590	77.236	79.974
GO	Goiânia	50	63	34	34	229.527	289.973	161.927	160.583
MA	São Luís	57	72	69	70	165.415	210.829	203.440	207.998
MT	Cuiabá	58	67	66	66	102.036	118.992	118.446	118.888
MS	Campo Grande	70	66	54	56	189.949	181.217	149.767	156.607
PA	Belém	72	76	76	68	274.994	291.217	292.092	262.459
PB	João Pessoa	73	77	68	70	170.372	182.389	162.747	168.984
PE	Recife	53	71	73	70	265.144	355.948	365.982	354.709
PI	Teresina	60	59	54	53	137.523	136.798	124.749	123.822
RN	Natal	78	66	76	76	197.183	168.652	196.243	196.496
RS	Porto Alegre	57	53	68	61	311.135	287.492	369.615	334.336
RO	Porto Velho	55	61	61	58	78.220	88.533	90.027	86.717
RR	Boa Vista	76	74	84	82	64.873	64.734	74.741	73.628
SC	Florianópolis	88	88	87	85	143.436	146.039	146.644	144.131
SE	Aracaju	69	77	49	68	127.981	144.122	92.669	129.654
TO	Palmas	77	78	69	66	61.683	64.061	58.417	56.840
TOTAL DAS CAPITAIS		62	59	61	58	9.466.292	9.149.075	9.488.007	9.062.431

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

Principais Variáveis do Crédito nas Capitais

UF	CAPITAIS	RENDA/DÍVIDA (%)				VALOR TOTAL DA DÍVIDA DAS FAMÍLIAS (R\$ mil)*				VALOR DA DÍVIDA POR FAMÍLIA*			
		DEZEMBRO DE 2013	DEZEMBRO DE 2014	DEZEMBRO DE 2015	JUNHO DE 2016	DEZEMBRO DE 2013	DEZEMBRO DE 2014	DEZEMBRO DE 2015	JUNHO DE 2016	DEZEMBRO DE 2013	DEZEMBRO DE 2014	DEZEMBRO DE 2015	JUNHO DE 2016
SP	São Paulo	28	30	31	29	R\$ 3.392.756	R\$ 3.246.215	R\$ 3.982.604	R\$ 3.401.817	R\$ 1.659	R\$ 1.968	R\$ 2.070	R\$ 1.799
RJ	Rio de Janeiro	28	29	30	31	R\$ 1.973.221	R\$ 1.589.758	R\$ 2.100.281	R\$ 2.098.837	R\$ 1.319	R\$ 1.300	R\$ 1.408	R\$ 1.622
MG	Belo Horizonte	27	29	36	31	R\$ 795.458	R\$ 753.877	R\$ 962.991	R\$ 646.737	R\$ 2.048	R\$ 2.068	R\$ 2.576	R\$ 2.068
PR	Curitiba	32	32	32	32	R\$ 1.162.638	R\$ 1.249.301	R\$ 1.136.960	R\$ 1.149.538	R\$ 2.230	R\$ 2.265	R\$ 2.071	R\$ 2.133
BA	Salvador	25	30	32	31	R\$ 521.019	R\$ 714.861	R\$ 604.659	R\$ 519.333	R\$ 975	R\$ 1.210	R\$ 1.160	R\$ 1.058
DF	Distrito Federal	35	36	35	35	R\$ 1.109.194	R\$ 1.126.131	R\$ 956.694	R\$ 1.002.609	R\$ 1.561	R\$ 1.554	R\$ 1.349	R\$ 1.415
AC	Rio Branco	30	30	32	33	R\$ 75.565	R\$ 70.383	R\$ 80.034	R\$ 76.164	R\$ 1.091	R\$ 1.014	R\$ 1.086	R\$ 1.117
AL	Maceió	30	32	27	27	R\$ 138.394	R\$ 190.283	R\$ 152.096	R\$ 132.878	R\$ 793	R\$ 978	R\$ 731	R\$ 747
AP	Macapá	31	30	32	35	R\$ 98.798	R\$ 97.361	R\$ 110.876	R\$ 126.320	R\$ 1.312	R\$ 1.321	R\$ 1.365	R\$ 1.588
AM	Manaus	43	43	44	42	R\$ 693.222	R\$ 745.594	R\$ 848.087	R\$ 614.980	R\$ 1.992	R\$ 1.874	R\$ 1.843	R\$ 1.707
CE	Fortaleza	41	27	29	28	R\$ 754.948	R\$ 475.179	R\$ 415.402	R\$ 481.076	R\$ 1.520	R\$ 963	R\$ 1.010	R\$ 992
ES	Vitória	28	30	22	30	R\$ 281.581	R\$ 276.815	R\$ 188.418	R\$ 257.674	R\$ 3.222	R\$ 3.234	R\$ 2.440	R\$ 3.222
GO	Goiânia	31	32	32	31	R\$ 417.086	R\$ 550.728	R\$ 266.204	R\$ 270.890	R\$ 1.817	R\$ 1.899	R\$ 1.644	R\$ 1.687
MA	São Luís	26	26	29	29	R\$ 122.224	R\$ 172.543	R\$ 223.778	R\$ 219.688	R\$ 739	R\$ 818	R\$ 1.100	R\$ 1.056
MT	Cuiabá	21	28	31	31	R\$ 121.002	R\$ 178.882	R\$ 188.302	R\$ 181.705	R\$ 1.186	R\$ 1.503	R\$ 1.590	R\$ 1.528
MS	Campo Grande	32	29	31	32	R\$ 236.633	R\$ 228.302	R\$ 172.539	R\$ 188.323	R\$ 1.246	R\$ 1.260	R\$ 1.152	R\$ 1.203
PA	Belém	26	30	30	27	R\$ 290.441	R\$ 340.487	R\$ 321.239	R\$ 282.987	R\$ 1.056	R\$ 1.169	R\$ 1.100	R\$ 1.078
PB	João Pessoa	46	34	14	13	R\$ 348.006	R\$ 308.631	R\$ 105.567	R\$ 103.411	R\$ 2.043	R\$ 1.692	R\$ 649	R\$ 612
PE	Recife	31	24	22	23	R\$ 538.341	R\$ 546.126	R\$ 446.260	R\$ 472.843	R\$ 2.030	R\$ 1.534	R\$ 1.219	R\$ 1.333
PI	Teresina	45	43	46	41	R\$ 279.170	R\$ 254.698	R\$ 249.757	R\$ 214.998	R\$ 2.030	R\$ 1.862	R\$ 2.002	R\$ 1.736
RN	Natal	39	35	37	36	R\$ 329.226	R\$ 230.890	R\$ 330.085	R\$ 287.213	R\$ 1.670	R\$ 1.369	R\$ 1.682	R\$ 1.462
RS	Porto Alegre	25	30	32	32	R\$ 632.781	R\$ 634.442	R\$ 774.614	R\$ 767.563	R\$ 2.034	R\$ 2.207	R\$ 2.096	R\$ 2.296
RO	Porto Velho	28	28	31	32	R\$ 95.415	R\$ 118.400	R\$ 112.105	R\$ 112.402	R\$ 1.220	R\$ 1.337	R\$ 1.245	R\$ 1.296
RR	Boa Vista	42	41	46	41	R\$ 113.714	R\$ 122.305	R\$ 128.660	R\$ 120.782	R\$ 1.753	R\$ 1.889	R\$ 1.721	R\$ 1.640
SC	Florianópolis	33	31	32	31	R\$ 350.442	R\$ 370.715	R\$ 325.986	R\$ 294.266	R\$ 2.443	R\$ 2.538	R\$ 2.223	R\$ 2.042
SE	Aracaju	37	30	36	14	R\$ 259.080	R\$ 258.380	R\$ 165.206	R\$ 101.633	R\$ 2.024	R\$ 1.793	R\$ 1.783	R\$ 784
TO	Palmas	32	33	33	33	R\$ 117.269	R\$ 118.947	R\$ 98.056	R\$ 95.208	R\$ 1.901	R\$ 1.857	R\$ 1.679	R\$ 1.675
TOTAL DAS CAPITAIS		30	31	32	31	R\$ 15.247.625	R\$ 14.970.230	R\$ 15.447.460	R\$ 14.221.875	R\$ 1.611	R\$ 1.636	R\$ 1.628	R\$ 1.569

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP - *Preços de Julho de 2016

Principais Variáveis do Crédito nas Capitais

UF	CAPITAIS	% FAMÍLIAS QUE TÊM DÍVIDAS EM ATRASO				VARIÁÇÕES JUN-2016/DEZ-2015 (%)			
		DEZEMBRO DE 2013	DEZEMBRO DE 2014	DEZEMBRO DE 2015	JUNHO DE 2016	Nº DE FAMÍLIAS ENVIDUADAS	TOTAL DAS DÍVIDAS DAS FAMÍLIAS	DÍVIDA POR FAMÍLIA	FAMÍLIAS COM DÍVIDAS EM ATRASO
SP	São Paulo	17	11	17	18	-2	-15	-13	3
RJ	Rio de Janeiro	24	21	28	29	-13	0	15	4
MG	Belo Horizonte	15	19	18	16	-16	-33	-20	-14
PR	Curitiba	23	27	29	30	-2	1	3	5
BA	Salvador	21	16	25	22	-6	-14	-9	-8
DF	Distrito Federal	9	10	14	14	0	5	5	-2
AC	Rio Branco	15	12	23	18	-7	-5	3	-20
AL	Maceió	28	24	35	31	-15	-13	2	-10
AP	Macapá	37	35	39	41	-2	14	16	6
AM	Manaus	43	39	41	35	-22	-27	-7	-14
CE	Fortaleza	21	15	19	23	18	16	-2	21
ES	Vitória	24	21	28	26	4	37	32	-6
GO	Goiânia	23	26	19	19	-1	2	3	1
MA	São Luís	20	29	28	33	2	-2	-4	16
MT	Cuiabá	37	38	41	35	0	-4	-4	-13
MS	Campo Grande	36	30	28	28	5	9	4	2
PA	Belém	18	12	38	36	-10	-12	-2	-6
PB	João Pessoa	24	25	9	10	4	-2	-6	16
PE	Recife	16	26	27	31	-3	6	9	13
PI	Teresina	18	17	9	17	-1	-14	-13	89
RN	Natal	24	18	24	27	0	-13	-13	13
RS	Porto Alegre	20	20	26	23	-10	-1	10	-13
RO	Porto Velho	12	14	19	18	-4	0	4	-7
RR	Boa Vista	53	38	48	44	-1	-6	-5	-7
SC	Florianópolis	26	23	26	23	-2	-10	-8	-10
SE	Aracaju	21	19	17	20	40	-38	-56	20
TO	Palmas	9	10	14	14	-3	-3	0	0
TOTAL DAS CAPITAIS		21	18	23	23	-4	-8	-4	1

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

Principais Variáveis do Crédito nas Capitais

UF	CAPITAIS	2013				2016			
		Nº DE FAMÍLIAS	RENDA MÉDIA (R\$)*	MASSA DE RENDIMENTOS (R\$ mil)*	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL BRASIL (%)	Nº DE FAMÍLIAS	RENDA MÉDIA (R\$)*	MASSA DE RENDIMENTOS (R\$ mil)*	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL BRASIL (%)
SP	São Paulo	3.802.685	5.881	22.362.799.475	12,4	3.861.255	6.134	23.686.993.595	13,5
RJ	Rio de Janeiro	2.219.099	4.789	10.627.406.306	5,9	2.239.189	5.151	11.534.030.805	6,6
MG	Belo Horizonte	804.278	7.654	6.155.740.258	3,4	813.730	6.713	5.462.790.760	3,1
PR	Curitiba	617.593	6.872	4.244.409.030	2,4	630.261	6.687	4.214.482.466	2,4
BA	Salvador	937.472	3.828	3.588.442.128	2,0	952.598	3.403	3.242.009.960	1,8
DF	Distrito Federal	862.385	4.514	3.893.177.893	2,2	910.859	4.038	3.678.037.469	2,1
AC	Rio Branco	103.297	3.594	371.268.338	0,2	108.130	3.406	368.345.465	0,2
AL	Maceió	296.957	2.632	781.723.396	0,4	303.301	2.771	840.485.293	0,5
AP	Macapá	106.124	4.236	449.504.736	0,2	111.875	4.562	510.353.943	0,3
AM	Manaus	515.292	4.590	2.365.337.287	1,3	539.858	4.056	2.189.445.840	1,2
CE	Fortaleza	746.399	3.698	2.760.395.229	1,5	760.755	3.528	2.683.649.438	1,5
ES	Vitória	116.770	11.333	1.323.300.273	0,7	119.957	10.901	1.307.702.002	0,7
GO	Goiania	457.688	5.950	2.723.145.629	1,5	472.920	5.430	2.567.723.606	1,5
MA	São Luís	291.034	2.845	827.960.232	0,5	297.897	3.676	1.095.037.907	0,6
MT	Cuiabá	175.410	5.590	980.553.009	0,5	179.467	4.879	875.637.707	0,5
MS	Campo Grande	271.737	3.925	1.066.604.410	0,6	280.411	3.709	1.040.105.980	0,6
PA	Belém	379.688	4.054	1.539.366.998	0,9	384.218	4.021	1.545.115.590	0,9
PB	João Pessoa	232.713	4.443	1.033.862.906	0,6	240.949	4.606	1.109.787.461	0,6
PE	Recife	497.737	6.550	3.260.338.790	1,8	504.593	5.785	2.919.264.572	1,7
PI	Teresina	230.880	4.561	1.052.959.058	0,6	233.529	4.284	1.000.342.294	0,6
RN	Natal	253.261	4.276	1.082.921.908	0,6	259.195	4.115	1.066.545.287	0,6
RS	Porto Alegre	541.767	7.998	4.333.318.156	2,4	545.919	7.135	3.894.963.973	2,2
RO	Porto Velho	142.103	4.353	618.599.524	0,3	148.602	4.058	603.049.294	0,3
RR	Boa Vista	85.455	4.184	357.579.371	0,2	89.511	3.985	356.721.835	0,2
SC	Florianópolis	162.524	7.515	1.221.303.496	0,7	169.889	6.606	1.122.299.951	0,6
SE	Aracaju	184.846	5.400	998.255.585	0,6	191.675	5.756	1.103.265.010	0,6
TO	Palmas	79.782	5.870	468.341.258	0,3	85.522	5.060	432.706.419	0,2
TOTAL DAS CAPITAIS		15.114.978	5.325	80.488.614.680	44,7	15.436.066	5.212	80.450.293.919	45,8
TOTAL BRASIL		58.662.368	3.067	179.942.052.637	100	59.894.023	2.993	175.555.303.326	100

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

Síntese dos Resultados – Principais Variáveis de Endividamento das Famílias nas Capitais – Ranking dos Cinco Maiores e Menores

		% FAMÍLIAS QUE TEM DIVIDAS EM ATRASO			
CAPITAIS		dez-13	dez-14	dez-15	jun-16
MAIORES	Boa Vista	53	38	48	44
	Macapá	37	35	39	41
	Belém	18	12	38	36
	Cuiabá	37	38	41	35
	Manaus	43	39	41	35
TOTAL DASCAPITAIS		21	18	23	23
MENORES	Teresina	18	17	9	17
	Belo Horizonte	15	19	18	16
	Palmas	9	10	14	14
	Distrito Federal	9	10	14	14
	João Pessoa	24	25	9	10

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP - *Preços de Julho de 2016

		VALOR TOTAL DA DÍVIDA MENSAL DAS FAMÍLIAS (valores reais em mil)*			
CAPITAIS		dez-13	dez-14	dez-15	jun-16
MAIORES	São Paulo	3.392.756	3.246.215	3.982.604	3.401.817
	Rio de Janeiro	1.973.221	1.589.758	2.100.281	2.098.837
	Curitiba	1.162.638	1.249.301	1.136.960	1.149.538
	Distrito Federal	1.109.194	1.126.131	956.694	1.002.609
	Porto Alegre	632.781	634.442	774.614	767.563
TOTAL DASCAPITAIS		15.247.625	14.970.230	15.447.460	14.221.875
MENORES	Porto Velho	95.415	118.400	112.105	112.402
	João Pessoa	348.006	308.631	105.567	103.411
	Aracaju	259.080	258.380	165.206	101.633
	Palmas	117.269	118.947	98.056	95.208
	Rio Branco	75.565	70.383	80.034	76.164

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP - *Preços de Julho de 2016

Síntese dos Resultados – Principais Variáveis de Endividamento das Famílias nas Capitais – Ranking dos Cinco Maiores e Menores

MAIORES E MENORES VARIAÇÕES 2014-2015

	Nº FAMÍLIAS ENDIVIDADAS		TOTAL DAS DÍVIDAS DAS FAMÍLIAS		DÍVIDA MÉDIA POR FAMÍLIA		% FAMÍLIAS QUE TEM DÍVIDAS EM ATRASO	
	CAPITAIS	VAR.%	CAPITAIS	VAR.%	CAPITAIS	VAR.%	CAPITAIS	VAR.%
MAIORES	Porto Alegre	29	Natal	43	São Luís	34	Belém	208
	Rio de Janeiro	22	Rio de Janeiro	32	Belo Horizonte	25	Rio Branco	105
	São Paulo	17	São Luís	30	Natal	23	São Paulo	84
	Natal	16	Belo Horizonte	28	Rio de Janeiro	8	Porto Alegre	70
	Manaus	16	São Paulo	23	Teresina	8	Rio de Janeiro	60
	TOTAL DAS CAPITAIS	4	TOTAL DAS CAPITAIS	3	TOTAL DAS CAPITAIS	0	TOTAL DAS CAPITAIS	30
MENORES	Salvador	-12	Campo Grande	-24	Goiânia	-13	Campo Grande	-23
	Fortaleza	-17	Vitória	-32	Recife	-21	Aracaju	-42
	Campo Grande	-17	Aracaju	-36	Vitória	-25	Teresina	-50
	Aracaju	-36	Goiânia	-52	Maceió	-25	Goiânia	-58
	Goiânia	-44	João Pessoa	-66	João Pessoa	-62	João Pessoa	-70

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

MAIORES E MENORES VARIAÇÕES 2015-2016

	Nº FAMÍLIAS ENDIVIDADAS		TOTAL DAS DÍVIDAS DAS FAMÍLIAS		DÍVIDA MÉDIA POR FAMÍLIA		% FAMÍLIAS QUE TEM DÍVIDAS EM ATRASO	
	CAPITAIS	VAR.%	CAPITAIS	VAR.%	CAPITAIS	VAR.%	CAPITAIS	VAR.%
MAIORES	Aracaju	40	Vitória	37	Vitória	32	Teresina	89
	Fortaleza	18	Fortaleza	16	Macapá	16	Fortaleza	21
	Campo Grande	5	Macapá	14	Rio de Janeiro	15	Aracaju	20
	João Pessoa	4	Campo Grande	9	Porto Alegre	10	João Pessoa	16
	Vitória	4	Recife	6	Recife	9	São Luís	16
	TOTAL DAS CAPITAIS	-4	TOTAL DAS CAPITAIS	-8	TOTAL DAS CAPITAIS	-4	TOTAL DAS CAPITAIS	1
MENORES	Belém	-10	Salvador	-14	São Paulo	-13	Cuiabá	-13
	Rio de Janeiro	-13	São Paulo	-15	Natal	-13	Porto Alegre	-13
	Maceió	-15	Manaus	-27	Teresina	-13	Belo Horizonte	-14
	Belo Horizonte	-16	Belo Horizonte	-33	Belo Horizonte	-20	Manaus	-14
	Manaus	-22	Aracaju	-38	Aracaju	-56	Rio Branco	-20

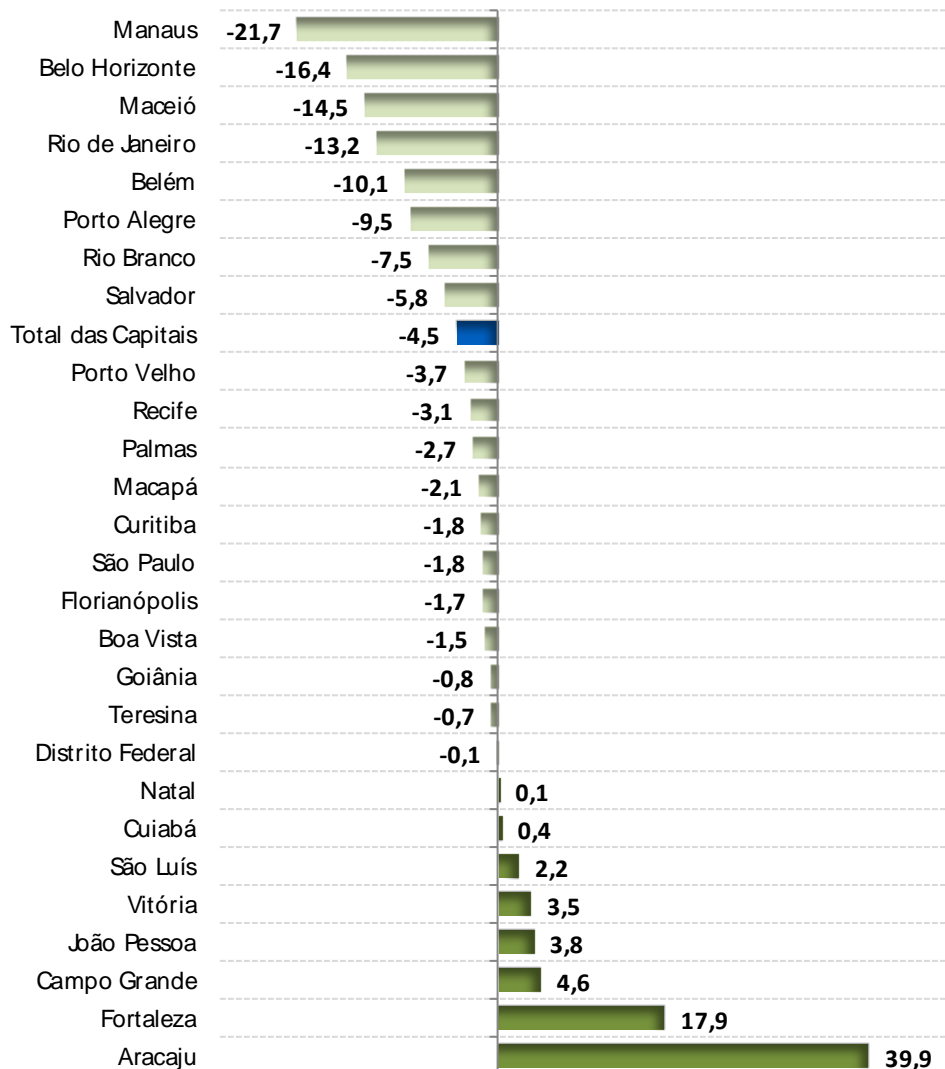
FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

Variações das Médias de 2016 e 2015 do Número de Famílias Endividadas

Número de Famílias Endividadas Variações jun-16/ dez-15 (%)



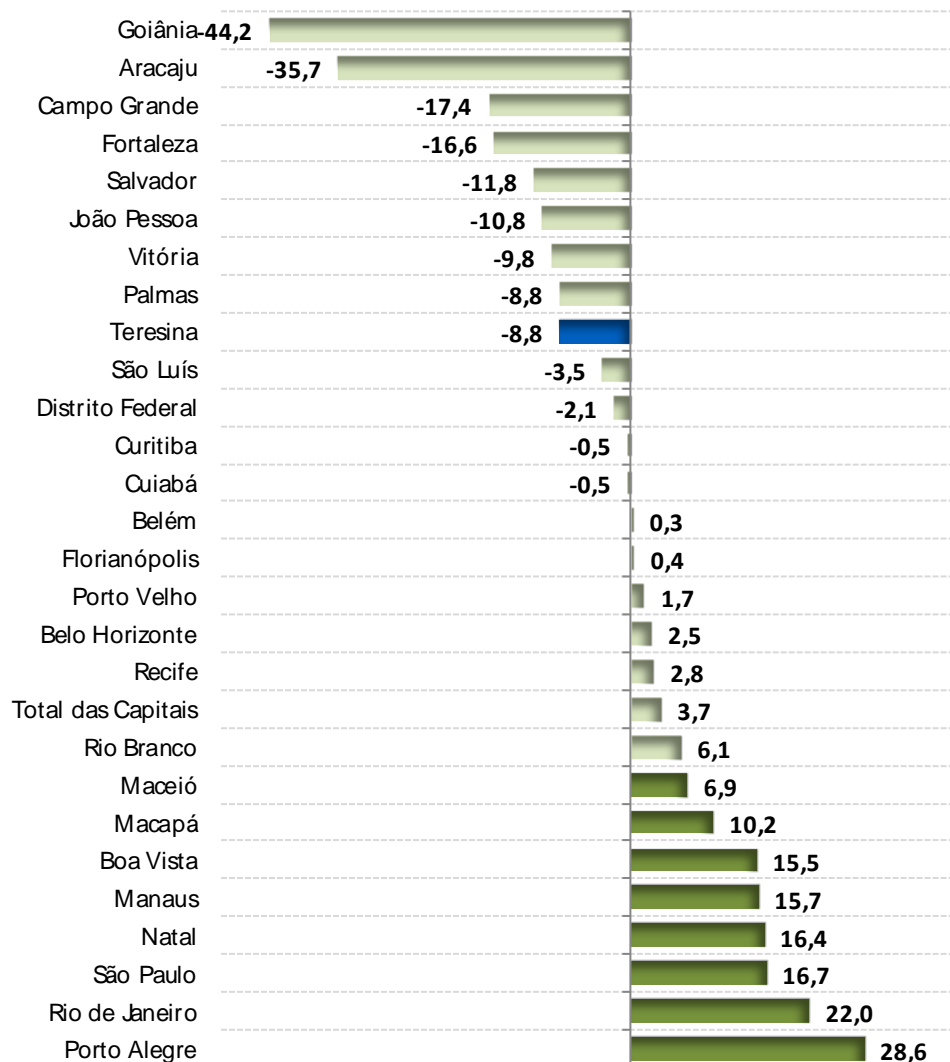
FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

Variações das Médias de 2016 e 2015 do Número de Famílias Endividadas

Número de Famílias Endividadas Variações dez-15/dez-14 (%)



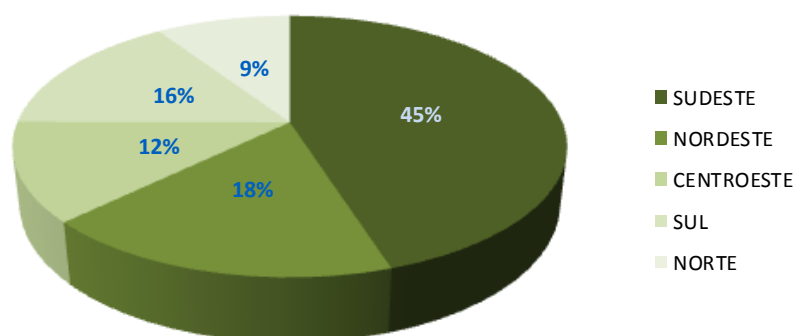
FORNTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

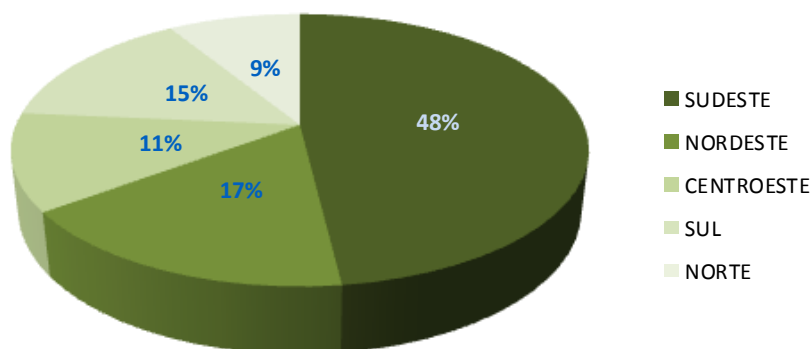
Participação por Região na Média Total das Dívidas

Participação das regiões na média do total das dívidas (Junho de 2016)



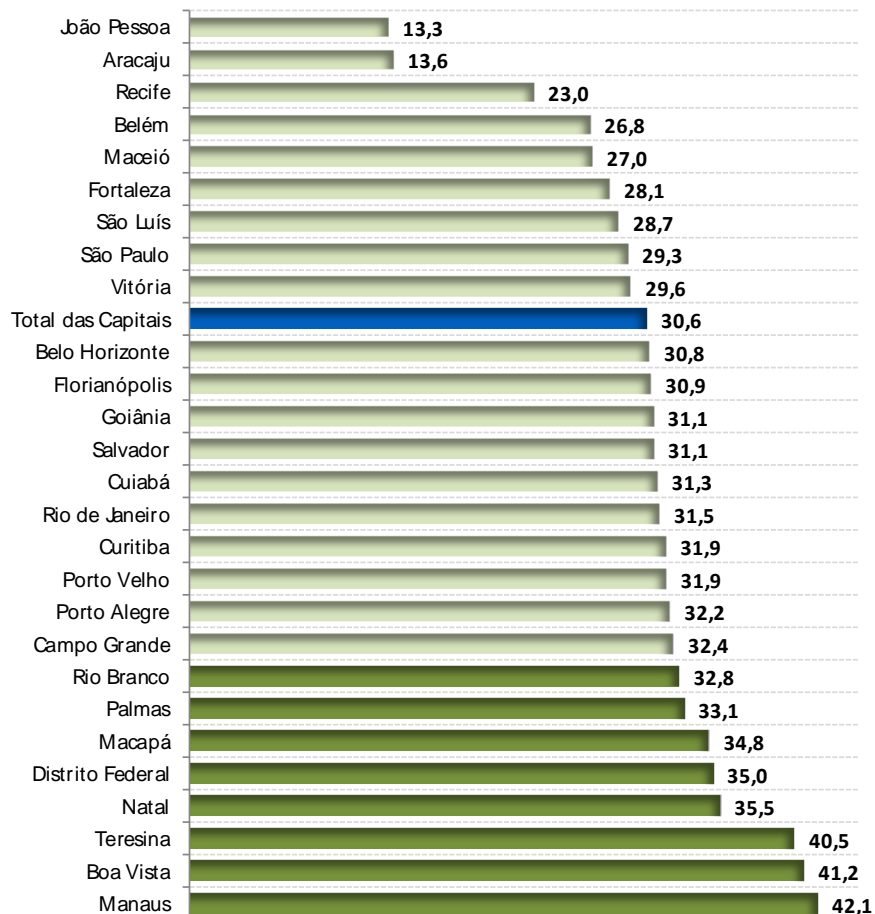
FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:
IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)
METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

Participação das regiões na média do total das dívidas (Dezembro de 2015)



FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:
IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)
METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

Participação da renda com dívida Junho de 2016 (%)

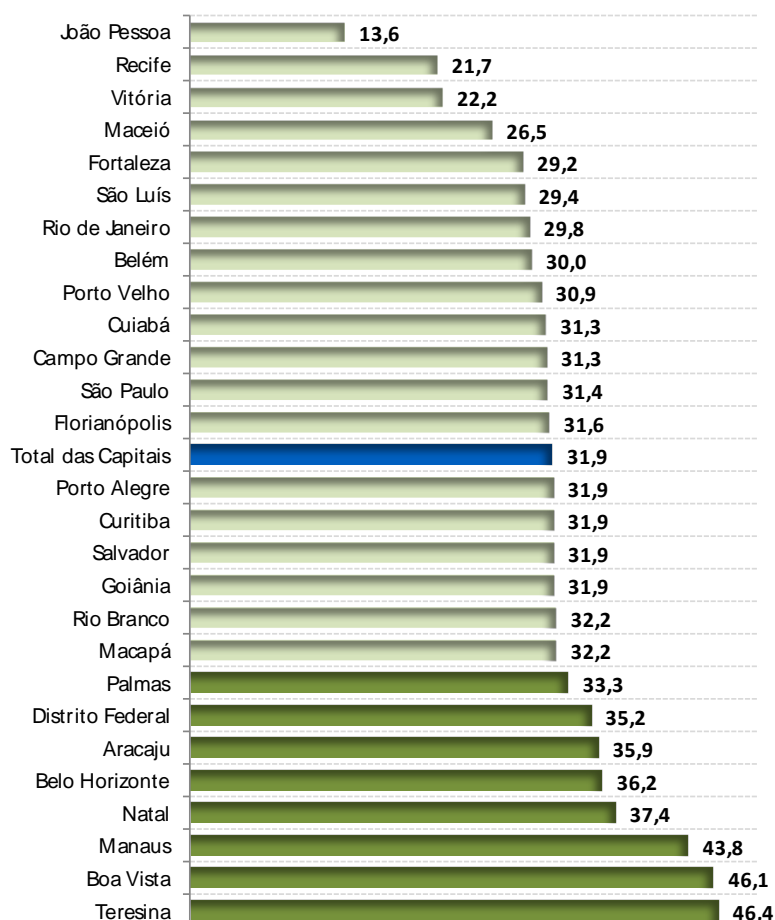


FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC PEIC

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

Participação da renda com dívida Dezembro de 2015 (%)



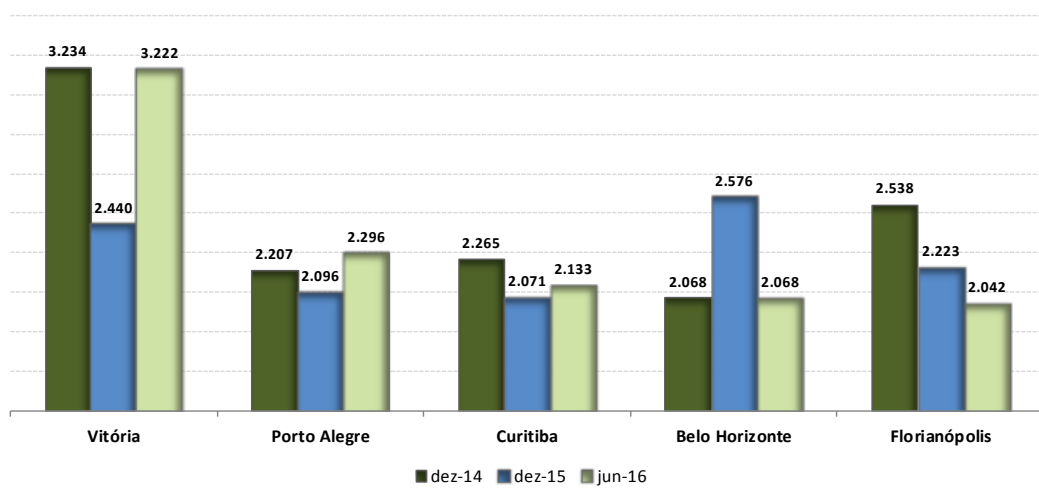
FORNTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa Mensal de Emprego, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional) e CNC (PEIC)

METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP

Valor Médio Mensal da Dívida Familiar – Cinco Maiores

VALOR MÉDIO MENSAL DA DÍVIDA FAMILIAR* (R\$)

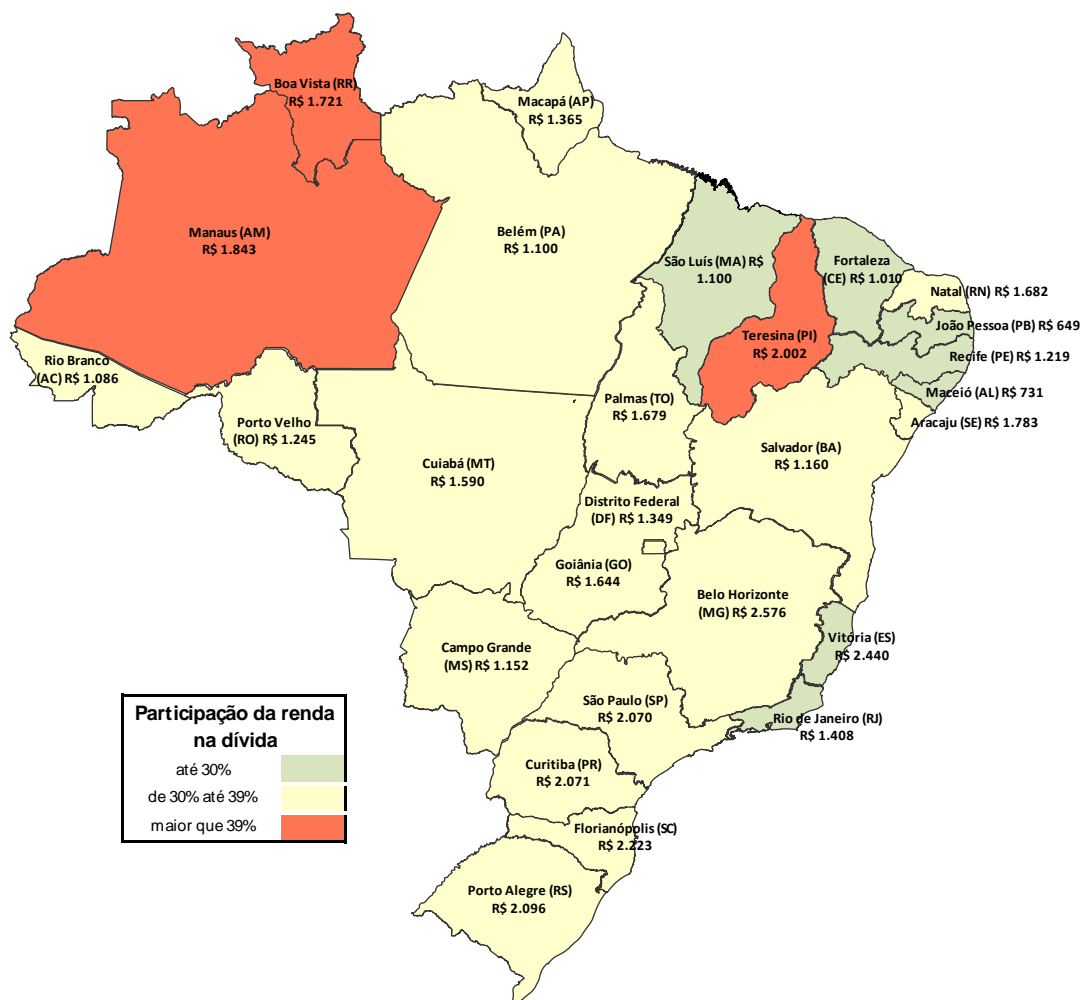


FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS:

IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)

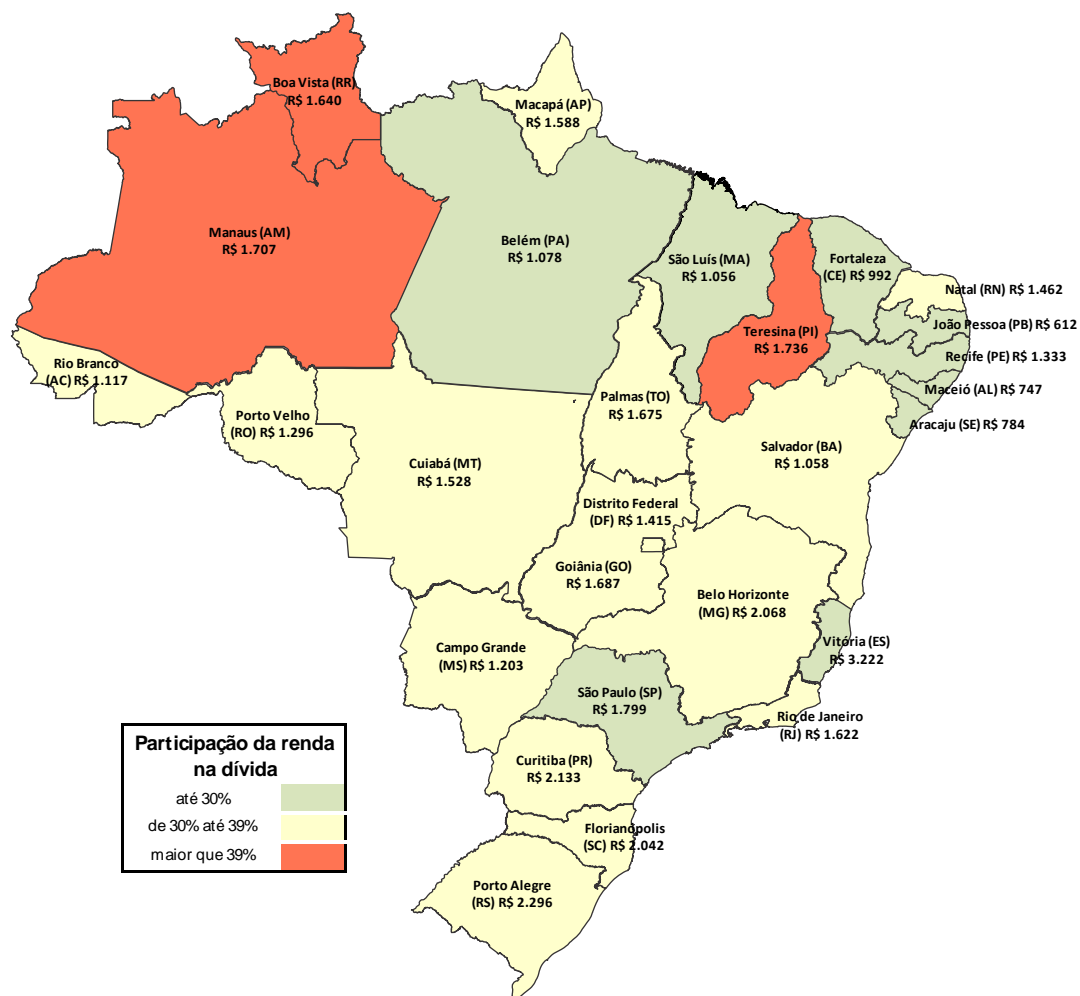
METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP - *Preços de Julho de 2016

MAPA 2 – Dívida Média Mensal* das Famílias nas Capitais em Dez/2015



FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS: IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)
 METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP - *Valores reais a preços de Julho/2016

MAPA 2 – Dívida Média Mensal* das Famílias nas Capitais em Jun/2016



FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS: IBGE (IPCA, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Contagem Populacional e PNAD) e CNC (PEIC)
 METODOLOGIA, CÁLCULO E ESTIMATIVAS: FECOMERCIO-SP - *Valores reais a preços de Julho/2016